



QUARTA CÂMARA CÍVEL

Agravo Legal na 0318017-6

Apelação Cível nº:

Agravante: Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Agravada: Rocha e Ramos Alimentos LTDA – ME (ZEN Comida Japonesa)

Relator: Des. Eurico de Barros Correia Filho

Acórdão

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO LEGAL EM APELAÇÃO. AÇÃO ORDINÁRIA COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA. FATURAMENTO DE CONSUMO PRESUMIDO E NÃO MEDIDO. SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. DANO MORAL DEVIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA SINGULAR, IRRETOCÁVEL EM TODOS OS ASPECTOS. IRRESIGNAÇÃO. INVIABILIDADE DO PEDIDO.

1. "É abusiva a suspensão do fornecimento de energia elétrica, quando motivada pelo inadimplemento do débito unilateralmente arbitrado pela concessionária, pelo critério de estimativa de carga, após a constatação de suspeita de fraude". (Súmula 13 do TJPE).

2. O Superior Tribunal de Justiça tem firmado posicionamento no sentido de "*proibir a concessionária de interromper o fornecimento de energia elétrica por dívida relativa à recuperação de consumo não-faturado, apurada a partir da constatação de fraude no medidor, em face da essencialidade do serviço, posto bem indispensável à vida*". Danos morais devidos e arbitrados no valor de R\$ 10.000 (dez mil reais).

3. Ilegalidade do procedimento adotado pela CELPE, quando esta, suspende o fornecimento de energia elétrica de estabelecimento baseado apenas em débito auferido de forma unilateral. Irresignação. Improvimento do recurso. Decisão unânime.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Agravo nº. 0318017-6**, em que figuram como Agravante **Companhia Energética de Pernambuco** e, como Agravada, **Rocha e Ramos Alimentos LTDA – ME (ZEN Comida Japonesa)**,

ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **NEGAR PROVIMENTO** ao Recurso de Agravo interposto pela **Companhia Energética de Pernambuco**, conforme relatório e votos em anexo, devidamente revistos e rubricados, que passam a integrar este julgado.

Recife, 03 De Julho de 2014.

Eurico de Barros Correia Filho
Desembargador Relator



QUARTA CÂMARA CÍVEL

Agravo Legal na 0318017-6

Apelação Cível nº:

Agravante: Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Agravado: Rocha e Ramos Alimentos LTDA – ME (ZEN Comida Japonesa)

Relator: Des. Eurico de Barros Correia Filho

Relatório:

A Companhia Energética de Pernambuco – CELPE, interpôs recurso de agravo em face da decisão terminativa que negou seguimento ao recurso de apelação oferecido pela ora recorrente contra decisão proferida nos autos da **Ação Ordinária com pedido de antecipação de tutela**, interposta por **ZEN COMIDA JAPONESA – R & R ALIMENTOS LTDA - ME**, julgando procedente os pedidos da demandante e condenando a requerida ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 10.000, 00 (dez mil reais). Por fim, condenou a Celpe ao pagamento custas e de honorários advocatícios no percentual de 20% do valor da condenação.

Em suas razões recursais, a parte agravante, em síntese, sustenta haver justo motivo para a reforma da decisão guerreada na medida em que esta relatoria não poderia ter negado seguimento ao recurso de apelação uma vez que os procedimentos adotados pela CELPE de apuração do débito teriam sido pautados com estrita observância ao disposto na Resolução 414/2010/ANEEL.

Sustenta que a indenização por danos morais teria desrespeitado os princípios da proporcionalidade e prudência, uma vez que os danos apresentados pela autora não teriam sido comprovados.

Ao final, pugna para que seja dado provimento à apelação, reformando a sentença singular para julgar o pleito inicial totalmente improcedente.

Não estando convencido da reforma da decisão agravada, submeto este agravo à apreciação da Câmara.

É o relatório.

Recife, 03 de julho de 2014.


Eurico de Barros Correia Filho
Desembargador Relator

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Agravo Legal na 0318017-6

Apelação Cível nº:

Agravante: Companhia Energética de Pernambuco - CELPE

Agravado: Rocha e Ramos Alimentos LTDA - ME (ZEN Comida Japonesa)

Relator: Des. Eurico de Barros Correia Filho

Voto:

Inicialmente, requer a agravante a reconsideração da decisão terminativa proferida às fls. 271/275.

O presente recurso apresenta-se em condições de um juízo de admissibilidade positivo, reunindo tempestividade e demais requisitos procedimentais necessários a seu conhecimento, razão pela qual adentro ao exame do mérito.

A celeuma gira em torno de reparação por danos morais em virtude de possível equívoco perpetrado pela demandada que suspendeu o fornecimento de energia elétrica em virtude de débito auferido pela agravante.

Consta dos autos que, na realidade, a CELPE cortou a energia do restaurante, arrimado no débito de R\$ 4.009,15 (quatro mil e nove reais e quinze centavos) **auferido unilateralmente**, o que consistiria numa medida ilegal e abusiva dita suspensão.

Compulsando os autos, verifico que a matéria em epígrafe já se encontra pacificada por este Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco, que firmou o entendimento quanto à inexigibilidade de débito relativo a fraude em medidor de energia elétrica unilateralmente aferida.

Nesse sentido colaciono os seguintes arestos:

DIREITO ADMINISTRATIVO E DO CONSUMIDOR - APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA C/C AÇÃO COMINTATÓRIA DE OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER C/C PEDIDO DELIMINAR INALDITA ALTERA PARES E INDENIZAÇÃO OR DANOS MORAIS - PROCEDÊNCIA PARCIAL DO PEDIDO - REFORMA, EM PARTE, DO DECISUM - SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA - **IRREGULARIDADES NO MEDIDOR DA UNIDADE CONSUMIDORA - APURAÇÃO UNILATERAL DE DÉBITO DECORRENTE DE RECUPERAÇÃO DE CONSUMO NÃO-FATURADO - INOBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA - ATOS DE CONCESSIONÁRIA NÃO TÊM PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE - IMPOSSIBILIDADE DE EXIGIR-SE UM SUPOSTO DÉBITO SOB A [...] AMEAÇA DE CORTE DE ENERGIA ELÉTRICA - APLICAÇÃO DA SÚMULA 13 DO TJPE - CONTINUIDADE NO FORNECIMENTO DO SERVIÇO ASSEGURADA** - INDENIZAÇÃO FIXADA EM SALÁRIOS MÍNIMOS - IMPOSSIBILIDADE - REDUÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO - CABIMENTO - OBEDIÊNCIA AO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE - PROVIMENTO PARCIAL DO APELO - DECISÃO UNÂNIME. (Apelação Cível nº175892-1, TJPE, 6ª Câmara Cível, Relator Eduardo Augusto Paura Peres, Julgado em 17/3/2009).
PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL E MORAL - SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM RAZÃO DE DÉBITO NÃO COMPROVADO - CONDENAÇÃO INDENIZATÓRIA - APELAÇÃO CÍVEL - DÉBITO UNILATERALMENTE ARBITRADO PELA CONCESSIONÁRIA -

SÚMULA 13 TJPE - SUSPENSÃO INDEVIDA - ATO ABUSIVO - RECURSO NÃO PROVIDO- DECISÃO UNÂNIME. A suposta fraude no medidor não autoriza a CELPE a proceder com o corte no fornecimento de energia. A alegada irregularidade deveria ser apreciada em ação própria, não devendo resumir-se a uma avaliação unilateral. Súmula 13 deste Tribunal. Recurso não provido à unanimidade. (Apelação Cível nº 156496-7, TJPE, Relator Antônio Fernando de Araújo Martins, 6ª Câmara Cível, 26/3/2009).

DIREITO ADMINISTRATIVO E DO CONSUMIDOR - APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DECLARATÓRIA C/C COM INDENIZATÓRIA COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA - MANUTENÇÃO DO DECISUM - SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA - IRREGULARIDADES NO MEDIDOR DA UNIDADE CONSUMIDORA - APURAÇÃO UNILATERAL DE DÉBITO DECORRENTE DE RECUPERAÇÃO DE CONSUMO NÃO-FATURADO -- INOBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA - ATOS DE CONCESSIONÁRIA NÃO TÊM PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE - IMPOSSIBILIDADE DE EXIGIR-SE UM SUPOSTO DÉBITO SOB A AMEAÇA DE CORTE DE ENERGIA ELÉTRICA - APLICAÇÃO DA SÚMULA 13 DO TJPE - CONTINUIDADE NO FORNECIMENTO DO SERVIÇO ASSEGURADA - RECURSO IMPROVIDO - DECISÃO UNÂNIME. (Apelação Cível nº 175497-6, TJPE, Relator Eduardo Augusto Paura Peres, 6ª Câmara Cível, 5/3/2009).

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA DE CONSUMO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. MEDIDOR DE CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA. SUPOSTO DEFEITO. COBRANÇA DE VALORES NÃO FATURADOS. ÔNUS DA PROVA. INVERSÃO (CDC). FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. SUSPENSÃO MEDIANTE PRÉVIO AVISO. IMPOSSIBILIDADE. AMEAÇA DE CORTE. CONSTRANGIMENTO. DANOS MORAIS. REDUÇÃO. APELO PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Apontando a empresa fornecedora de energia elétrica a existência de defeito no medidor de consumidor, a comprovação deverá ser feita através de prova idônea, sob pena de considerar-se insubsistente débito anterior, não faturado em decorrência do alegado defeito. Ademais, o Código de Defesa do Consumidor (art. 6º, VIII) defende a inversão do ônus da prova sempre que presentes os pressupostos da verossimilhança da alegação e a hipossuficiência do consumidor. 2. O Superior Tribunal de Justiça tem firmado posicionamento no sentido de "proibir a concessionária de interromper o fornecimento de energia elétrica por dívida relativa à recuperação de consumo não-faturado, apurada a partir da constatação de fraude no medidor, em face da essencialidade do serviço, posto bem indispensável à vida". (REsp n.º 772.489/RS; AgRg no AG 633.173/RS). (...). (TJPE, Apelação Cível nº164042-4, Rel. Des. Eduardo Augusto Paurá Peres, 6ª Câmara Cível, julgado em 05/03/2009) (Grifos e omissões nossos).

Na realidade, o que verifico é a arbitrariedade da demandada nos procedimentos efetivados junto ao empreendimento da apelada, constatada ainda quando da análise da planilha de cálculo de fls. 131/134, onde a demandada considerou, para efeitos de cálculo do consumo **supostamente não faturado**, aquilo que denominou como "planilha de cálculo do consumo não medido", como sendo o lapso compreendido entre novembro de 2005 a janeiro de 2006, totalizando 3 meses.

Com efeito, incorreu a CELPE em ato ilegal quando do **corde do fornecimento de energia elétrica**, já que poderia a demandada socorrer das vias ordinárias de cobrança, sem punir o consumidor, que se vê inadvertidamente cobrado em valor exorbitante, como se deu no caso em tela.

Não se pode permitir à demandada aproveitar-se de sua própria inércia, impondo aos usuários faturas em valores exorbitantes, calculadas a partir de critérios de aferição duvidosos. Caberia ao próprio leiturista, preposto da demandada, já que tem contato mensal com o aparelho, informar a recorrente de imediato a constatação de alguma irregularidade.

A respeito do tema, verifico que a matéria em epígrafe já se encontra pacificada por este Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco, que firmou o entendimento quanto à inexigibilidade de débito relativo a fraude em medidor de energia elétrica unilateralmente aferida, bem como, quanto à ilegitimidade da suspensão do fornecimento de energia elétrica.

Nesse sentido colaciono o seguinte aresto:

DIREITO ADMINISTRATIVO E DO CONSUMIDOR - APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DECLARATÓRIA C/C COM INDENIZATÓRIA COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA - MANUTENÇÃO DO DECISUM - SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA - **IRREGULARIDADES NO MEDIDOR DA UNIDADE CONSUMIDORA - APURAÇÃO UNILATERAL DE DÉBITO DECORRENTE DE RECUPERAÇÃO DE CONSUMO NÃO-FATURADO -- INOBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA - ATOS DE CONCESSIONÁRIA NÃO TÊM PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE - IMPOSSIBILIDADE DE EXIGIR-SE UM SUPOSTO DÉBITO SOB A AMEAÇA DE CORTE DE ENERGIA ELÉTRICA** - APLICAÇÃO DA SÚMULA 13 DO TJPE - CONTINUIDADE NO FORNECIMENTO DO SERVIÇO ASSEGURADA - RECURSO IMPROVIDO - DECISÃO UNÂNIME. (Apelação Cível nº 175497-6, TJPE, Relator Eduardo Augusto Paura Peres, 6ª Câmara Cível, 5/3/2009).

Ademais, impende ressaltar que a questão ora em apreço foi objeto do enunciado da **Súmula nº 13**, deste E. Tribunal de Justiça de Pernambuco, que diz:

"É abusiva a suspensão do fornecimento de energia elétrica, quando motivada pelo inadimplemento do débito unilateralmente arbitrado pela concessionária, pelo critério de estimativa de carga, após a constatação de suspeita de fraude".

Inexistindo prova consistente acerca da alegada presença de fraude de medição de consumo de energia elétrica, não havendo, por outro lado, dados e tempo de duração da irregularidade, tampouco nexos causal ou a prova de locupletamento por parte do consumidor, incabível pretender a concessionária de energia elétrica cobrar valores retroativos com base em arbitramentos unilaterais.

Agiu a recorrente de maneira ilegítima, na medida em que **condicionou a manutenção dos serviços prestados** ao pagamento da fatura formulada unilateralmente, e ainda, suspendendo o **fornecimento de energia do autor**, acabou por incorrer em ato ensejador de danos morais, porquanto deixou de observar os princípios do contraditório e da ampla defesa.

No caso em tela, o conjunto probatório dos autos dá conta de ter havido uma suspensão do fornecimento de energia indevida, causando ao apelado constrangimentos e dificuldades nas suas atividades comerciais, haja vista a

energia elétrica ser considerada um **bem essencial, constituindo-se num serviço público indispensável e de a demandante ser empresa voltada ao ramo da alimentação.**

Caracterizado o dano moral, desta forma, resta saber se o valor arbitrado respeitou o equilíbrio entre as possibilidades do lesante e as condições do ofendido, de forma que a indenização concedida não seja fonte de enriquecimento.

Nesse sentido, emerge o escólio do doutrinador Caio Mário da Silva Pereira que dois são os aspectos a serem observados:

"a) De um lado, a idéia de punição ao infrator, que não pode ofender em vão a esfera jurídica alheia... ;

b) De outro, proporcionar a vítima uma compensação pelo dano suportado, pondo-lhe o ofensor nas mãos uma soma que não é pretium doloris, porém uma ensanção de reparação da afronta (...)" (Instituições de Direito Civil, V. II, Ed. Forense, 16ª ed., 1.998, pág. 242).

Doutrina e jurisprudência também são pacíficas no sentido de que a fixação deve se dar com prudente arbítrio, para que não haja enriquecimento à custa do empobrecimento alheio, mas também para que o valor não seja irrisório.

Colaciono a seguinte jurisprudência:

Colaciono EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL. ACÓRDÃO ESTADUAL. OMISSÃO NÃO CONFIGURADA. VIOLAÇÃO AO ART. 535, II, DO CPC. INEXISTENTE. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. RESTRIÇÃO DE CRÉDITO. INSCRIÇÃO EM CADASTRO NEGATIVO. DANO MORAL. VALOR. FIXAÇÃO EM PATAMAR RAZOÁVEL. REDUÇÃO INCABÍVEL. RESPONSABILIDADE CARACTERIZADA. SÚMULA N. 7-STJ. IMPROVIMENTO. I. Configurado o dano moral pela indevida inscrição do autor em cadastro negativo de crédito, responde civilmente a recorrente pela negligência de seu ato, assim reconhecida pelas instâncias ordinárias. II. **Fixado o valor da indenização pela indevida inscrição do nome do autor em cadastro negativo de crédito, em patamar razoável, sem provocar enriquecimento sem causa da parte moralmente lesada,** improcede a pretensão da ré de discutir o tema em sede especial, não se justificando a excepcional intervenção do STJ a respeito. III. "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial" - (Súmula n. 7 do STJ). IV. Recurso especial não conhecido". (Resp710795, QUARTA TURMA, DJ DATA:09/05/2005 Rel. Min. ALDIR PASSARINHO JUNIOR)

"deve ser fixada em termos razoáveis, não se justificando que a reparação venha a constituir-se em enriquecimento indevido, com manifestos abusos e exageros, devendo o arbitramento operar-se com moderação, proporcionalmente ao grau de culpa e ao porte financeiro das partes. Há de orientar-se o órgão julgador pelos critérios sugeridos pela doutrina e pela jurisprudência, valendo-se de sua experiência e bom senso, atento à realidade da vida, notadamente à situação econômica atual e às peculiaridades de cada caso. Deve, ademais, procurar desestimular o ofensor a repetir o ato danoso" (REsp n.º 403.373).

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. DANO MORAL. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM ÓRGÃOS DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO.

VALOR DA CONDENAÇÃO. RAZOABILIDADE. PROVA DO DANO. DESNECESSIDADE. OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR. AGRAVO IMPROVIDO. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de só possibilitar a revisão do montante indenizatório fixado pela instância ordinária quando absurdamente excessivo ou irrisório o que não ocorre na espécie. 2. A exigência de prova de dano moral se satisfaz com a demonstração da existência de inscrição indevida nos cadastros de inadimplentes. 3. Agravo regimental improvido" (AgRg no Ag 1078183/SP - STJ - Quarta Turma - Relator Ministro Luis Felipe Salomão - DJ 10.11.2009)

Por essas razões, entendo que não há elementos nos autos que possam trazer a esta relatoria elementos para reduzir a indenização por danos morais, haja vista a mesma ter respeitado os princípios da razoabilidade e prudência.

Isto posto, inexistindo nenhum fato novo para realizar o Juízo de retratação na decisão vergastada, mantenho a decisão recorrida em todos os seus fundamentos, pelo que voto no sentido de **negar provimento ao Recurso de Agravo.**

É como voto.

Recife, 03 de julho de 2014.


Eurico de Barros Correia Filho
Desembargador Relator